

## Polícia não exonera os acusados do homicídio do repórter em Brasília

**Campo Grande** — O ex-cabo Dirceu Perkoski, um dos policiais envolvidos no assassinato do jornalista Mário Eugênio, permanece lotado na Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, apesar da informação do Secretário Aleixo Paraguassu de que já havia assinado a portaria de sua exoneração.

Além de Perkoski, dois outros policiais admitidos pelo Estado para trabalhar no Serviço de Informação — Edson Oliveira Macedo e Loumar César Ignácio, apontados como co-autores da morte do chacareiro João Batista — permanecem impunes. O ex-cabo David Antônio do Couto também chegou a ser nomeado pela Secretaria de Segurança 12 dias após o assassinato do repórter, porém não tomou posse.

O diretor-geral do Departamento de Polícia Civil de Mato Grosso do Sul, Sebastião de Carvalho Paz, que contratou os policiais, também veio de Brasília para ocupar o cargo. Ele foi hospitalizado com pneumonia, mas há informações de que seu principal problema seria no sistema nervoso, por causa do seu envolvimento indireto no caso Mário Eugênio.

### Denúncias

O Promotor Paulo Tavares Lemos denuncia à 6ª Vara Criminal, na segunda-feira, os sete envolvidos no assassinato do repórter Mário Eugênio — todos eles vinculados à Polícia civil e militar.

As investigações estacionaram desde que o inquérito foi para o Ministério Público, na quinta-feira à noite. Dos sete envolvidos, estão soltos o Coronel Lauro Melchades Rieth, ex-Secretário de Segurança do Distrito Federal, e o delegado Ary Sardella, ex-coordenador de Polícia Especializada, acusados pelos ex-cabos David do Couto e Aurelino Silvino como mandantes do crime.

## Tourinho quer rever inquérito de 1980

**Brasília** — O advogado Genival Tourinho, verificando “impressionante semelhança física” entre os acusados do assassinio do jornalista Mário Eugênio e os autores de atentados contra a sua vida em 10 de setembro de 1980, quando era deputado federal pelo MDB mineiro, pediu ao juiz da 4ª Vara Criminal a reabertura do inquérito, que, à época, em nada resultou.

Tourinho quer, principalmente, que a Corregedoria de Polícia Judiciária do Distrito Federal promova o confronto das impressões digitais recolhidas no veículo onde sofreu o atentado com as de “todos aqueles envolvidos, direta ou indiretamente, no melancólico episódio Mário Eugênio”.

Na petição, que o Juiz despachou à Promotoria Pública, o ex-Deputado diz que, “no dia 10 de setembro de 1980 foi vítima de atentado político a 200 m, aproximadamente, do trevo conhecido como **Bambolé da Dona Sarah**, quando, dirigindo-se ao Aeroporto, teve seu carro interceptado a tiros desferidos por quatro ocupantes de outro veículo que o seguia desde a câmara dos deputados.

“O laudo pericial do Instituto de Criminalística desta capital, de nº 49713, elaborado nos dias seguintes ao fato delituoso, constatou vários fragmentos de munição calibre 32, Remington, importada, no interior do pneu traseiro do veículo utilizado pelo requerente e, bem assim, “impressões digitais várias, arquivadas no setor de Papiloscopia para posterior confronto”.

“Pelo que se sabe — prossegue Tourinho — “a sugestão elementar em matéria de investigação criminal, de confronto das impressões digitais colhidas com as existentes nos arquivos gerais de identificação, nunca foi posta em prática pela Polícia”.

O ex-Deputado entende que “razões excepcionais, ligadas ao tempo de insegurança em que vivia toda a nacionalidade brasileira àquela época, inibiram este elementar procedimento policial. O delegado da 10ª Regional limitou-se a ouvir a vítima, seu motorista, juntar o laudo e, no evidente propósito de livrar-se do **abacaxi**, remetê-lo à Delegacia de Roubos e Furtos, no evidente propósito de dar ao caso a conotação de assalto, desvirtuando-lhe o nítido conteúdo de atentado de natureza política, praticado, pela suspeita geral da época, por militares. Não foi descoberta a autoria, **comme il faut**”.